



Resumão

Filo/soci

Kant

Teoria

Kant e o criticismo

Conhecido como o maior filósofo do Iluminismo, o alemão Immanuel Kant é também um dos maiores pensadores de todos os tempos e se notabilizou nas mais diversas áreas da filosofia: da lógica à filosofia política, da ética à estética. Nesse sentido, uma de suas contribuições mais importantes para a história da filosofia – talvez a maior de todas elas – foi a criação de uma nova corrente na teoria do conhecimento, corrente esta que, de acordo com o Kant, resolveria definitivamente todos os problemas da epistemologia: o **criticismo**. Ora, no que esta corrente crê?

Em primeiro lugar, precisamos recordar que, na época de Kant, a teoria do conhecimento já ocupava, havia alguns séculos, o centro das especulações filosóficas e vivia dividida em duas grandes correntes: o **racionalismo**, que considerava a razão o fundamento básico do conhecimento humano através da noção das ideias inatas, e o **empirismo**, que dava centralidade aos sentidos no processo de conhecimento, com a noção de tábula rasa. De modo mais ou menos radical, essas duas correntes vinham sempre se contrapondo sem nunca chegar a um acordo. Foi aí que Kant se destacou. Segundo ele, o primeiro passo para a resolução dos problemas epistemológicos seria uma reavaliação geral de toda a discussão desde o seu ponto de partida. Era preciso fazer uma crítica do conhecimento (daí o nome criticismo): perguntar, como se isso nunca tivesse sido feito antes, quais as condições de possibilidade do conhecimento humano. É a razão no tribunal da razão.

A ontologia crítica de Kant

Em Kant, o sujeito, com seu aparato subjetivo, determina o objeto de seu conhecimento. Ou seja, não é a realidade que se manifesta no pensamento humano, mas uma interpretação dele através dessa capacidade de conhecer. Em Kant, é como se todos nós estivéssemos com “óculos” responsáveis pela nossa capacidade de conhecer. Nosso aparato cognitivo se dá através de **intuições** (como o tempo e o espaço) e em **categorias** diversas (unidade, pluralidade, causalidade, entre outras). Não é possível ao homem pensar sem esses “óculos”. Kant oferece um mapa de nossas possibilidades de pensar, mostrando os conceitos e os princípios que tornam possível o pensamento. Ele critica, assim, a “ideologia da razão”.

Assim, podemos dizer que o conhecimento é sobre um sujeito que conhece um objeto. Entretanto não temos condições de conhecer a realidade pura, a **coisa em si**, como ela realmente é. O mundo real, que Kant chama de o mundo dos **númenos** (coisa em si), é inalcançável para nós, impossível de ser plenamente conhecido pela nossa sensibilidade ou pelo nosso entendimento. O que conhecemos não é a realidade, mas o que Kant chama de **fenômeno**, isto é, o objeto na medida em que ele é apresentado, organizado e entendido pelo pensamento. A realidade em si não está condicionada ao sujeito – por isso, é impossível conhecê-la.

Aliás, segundo o autor, foi esse o erro básico das teorias do conhecimento precedentes, que, sem reconhecer os limites da inteligência humana, achavam possível descobrir a realidade tal como ela é em si mesma, objetivamente. Indo justamente numa direção contrária, Kant rejeita toda perspectiva objetivista, realista. Para ele, nós nunca saberemos como as coisas são. Podemos apenas descobrir como as coisas são para nós, como elas aparecem para os seres humanos. Não à toa, a filosofia kantiana é considerada subjetivista e

idealista. Historicamente, aliás, essa inovação de Kant ficou conhecida como **revolução copernicana na filosofia**. Com efeito, assim como Copérnico, com sua defesa do heliocentrismo, teria modificado o centro do universo, transplantando-o da Terra para o Sol, da mesma maneira Kant teria modificado o centro da filosofia, transplantando-o de uma perspectiva realista (centrada no objeto do conhecimento) para uma perspectiva idealista (centrada no sujeito do conhecimento). No entanto é necessário perceber aqui que o idealismo kantiano não é individual. Não se trata de como a realidade aparece para cada ser humano, mas sim de como ela aparece para todos os indivíduos, uma vez que temos todos a mesma estrutura cognitiva. Trata-se, pois, de um idealismo transcendental.

Possibilidades humanas de conhecer

E como funciona esse aparato cognitivo humano que permite ao homem obter o conhecimento? Ou seja, quais as condições necessárias para que a experiência se torne conhecimento? Em Kant, há duas principais fontes de conhecimento no sujeito: a **sensibilidade**, por meio da qual os objetos são dados na intuição; e o **entendimento**, por meio do qual os objetos são pensados nos conceitos.

Dito de modo simples, pode-se resumir a coisa da seguinte maneira. São duas as faculdades ou capacidades básicas do conhecimento humano: o entendimento (correspondente à razão) e a sensibilidade (correspondente aos sentidos).

Iniciando pela sensibilidade, Kant a define como um modo passivo, receptivo, pelo qual somos afetados pelos objetos. A intuição é a maneira direta de nos referirmos aos objetos. A intuição é usada para organizar o caos de informação possível advinda dos objetos. Imagine-se segurando uma laranja nas mãos. Diversas são as sensações que ela pode causar, entre cheiro, cor, textura etc. **A intuição ordena toda essa informação através do espaço e do tempo.**

O espaço e o tempo são formas de intuição a priori, anteriores a qualquer experiência, pois, mesmo imaginando uma laranja você precisa dispor de um jeito de interagir com a representação da laranja na sua mente. Assim, Kant percebe que o tempo e o espaço são disposições subjetivas e não características do mundo, mas, apesar disso, a experiência do mundo só pode ocorrer através dessas intuições puras. Kant estabelece o apriorismo do tempo e do espaço pela própria ação mental de imaginar os objetos ou mesmo de se perceber como indivíduo. É possível pensar numa laranja sem, antes, dar-se conta de que não haveria uma laranja e que um dia ela não existiria mais? É possível pensar uma laranja sem pensar no espaço em que ela ocupará?

Já o entendimento está ligado às categorias, que são conceitos puros, a priori. Kant apresenta doze categorias, separadas em quatro grupos, conforme abaixo:

- **Quantidade:** Unidade, Pluralidade E Totalidade;
- **Qualidade:** Realidade, Negação E Limitação;
- **Relação:** Substância, Causalidade E Comunidade;
- **Modalidade:** Possibilidade, Existência E Necessidade.

E para que elas servem? Ora, para estruturar o conhecimento. Ainda pensando na laranja, através da sensibilidade percebemos um objeto no espaço e no tempo. Como atribuímos características a esse objeto? O tempo e o espaço não nos dizem exatamente como ele é, mas apenas que está ali. Definir a cor da laranja, seu peso, textura e odor, é uma tarefa que vem da sensibilidade, mas não acontece na sensibilidade. Pela experiência, entramos em contato com o objeto, porém, numa ação subjetiva, atribuímos-lhes características

através das categorias do entendimento. **Esse é o trabalho do entendimento, oferecer uma forma para o conteúdo oferecido pela sensibilidade.**

Assim, a causalidade é resgatada por Kant, já que Hume havia concluído sua desconexão com o mundo material. Se o conhecimento é organizado pelo entendimento, ou seja, subjetivamente, tanto a causalidade quanto qualquer outra categoria ocorrerão em nossa mente, sem que, por isso, seja inválida. E assim se conclui a síntese kantiana, onde, pela razão, o conhecimento é vazio do mundo, mas, por outro lado, sem a razão, qualquer experiência perde o sentido e a inteligibilidade.

Juízos *a priori* e *a posteriori*

Para compreender melhor como o entendimento e a sensibilidade atuam na produção do conhecimento humano, Kant conceitua os julgamentos e conclusões a partir dessas faculdades. **Um conhecimento independente dos sentidos é chamado *a priori*.** O exemplo clássico é o conhecimento relacionado à matemática. Equações não dependem da experiência para serem solucionadas. **Quando o conhecimento depende das sensações e da experiência ele é considerado *a posteriori*.** Qualquer conhecimento que dependa da experiência (seja o dia está nublado hoje até a lei da gravidade) está incluído nessa categoria. Kant relaciona os juízos a essas duas formas de conhecimento. Um juízo em que o sujeito já carrega todo o conhecimento que encontramos no predicado, ele é conhecido como **analítico**. Quando afirmamos “um triângulo tem três lados” o sujeito triângulo já apresenta essa informação. Mas quando faço um juízo em que um predicado é acrescentado ao sujeito, ele é chamado sintético. Quando se afirma: “Esse polígono é um triângulo”, há um acréscimo, uma nova informação.

Qualquer juízo advindo da experiência é **sintético**, já que é um juízo que depende dos sentidos. Também podemos afirmar que os juízos analíticos são *a priori* e os juízos sintéticos são, a princípio, *a posteriori*. A questão principal apresentada por Kant em “Crítica da razão pura”, é: os “juízos sintéticos *a priori* são possíveis?”. Kant está, aqui, tentando expandir a compreensão de como o ser humano produz conhecimento. Sua defesa é central para a ciência. Sua proposta é formular um tipo de juízo que seja capaz de expandir o conhecimento e que seja universalizável ou generalizável e não ligado a casos isolados. O **juízo sintético *a priori*** é exatamente esse tipo de conhecimento, no qual, observando um elemento X, podemos afirmar algo a respeito de um elemento Y, mesmo só tendo a experiência do elemento X. O juízo sintético *a priori* permite o surgimento de um conhecimento novo a partir da experiência porque estabelece a universalidade do fenômeno experimentado. É esse juízo que promove a revolução copernicana que mudou a Teoria do conhecimento para sempre.

Moralidade em Kant: a moral no iluminismo

O iluminismo foi uma revolução intelectual que ocorreu no século XVIII e que se contrapôs aos ideais defendidos ao longo do período medieval. Esse processo histórico teve seu início, por assim dizer, com o movimento renascentista e, em linhas gerais, representa a transformação progressiva de uma mentalidade teocêntrica para uma mentalidade antropocêntrica. O filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) é um dos mais importantes pensadores iluministas, sendo considerado por muitos comentadores como o principal filósofo da Modernidade. A doutrina moral kantiana é, nesse sentido, independentemente de qualquer sentido religioso, estando fundamentada na própria subjetividade humana, ou seja, no aparelho cognitivo universal e necessário que está presente em todo e qualquer ser humano.

Ética deontológica: imperativo categórico

A ética defendida por Kant é uma ética **deontológica**, isto é, uma ética baseada fundamentalmente na noção de dever moral. Dever, aqui, é entendido não como uma obrigação ditada por um ser superior, mas como obrigação que se baseia no próprio aparelho cognitivo humano, isto é, na noção kantiana do “eu transcendental” ou “sujeito transcendental”. Todos os seres humanos, segundo Kant, possuem o mesmo aparato cognitivo, e para que possamos agir racionalmente precisamos de princípios que nos são dados a partir da consciência moral. Nesse sentido, a vida moral está restrita aos seres humanos, pois apenas eles podem exercer efetivamente sua vontade. No entanto, para que possamos agir de acordo com uma “vontade boa” precisamos, segundo Kant, de um imperativo, que é uma espécie de mandamento que nos impele a agir de uma determinada forma.

Após analisar detidamente a consciência moral, Kant especificou o conceito de imperativo sob dois aspectos fundamentais: o **imperativo hipotético** e o **imperativo categórico**. O primeiro **ordena uma ação com vistas a alcançar um determinado fim**. Nesse caso, a ação é boa na medida em que possibilita que se alcance outra coisa além da própria ação. Por exemplo, quando faço algo na esperança de receber algo em troca, sendo guiado pelo imperativo hipotético. Por outro lado, o imperativo categórico é aquele que **visa uma ação que é entendida como necessária por si mesma**, ou seja, que não é realizada no intuito de se obter algo em troca, mas sim uma ação que é boa por si mesma. Por conta disso, Kant considera o imperativo categórico incondicionado, como absoluto, voltado para uma ação que tem em vista a noção de dever. Para ele, o imperativo categórico é uma forma *a priori*, ou seja, pura, independente do útil ou prejudicial, anterior à experiência e seus efeitos.

O imperativo categórico pode ser enunciado de três formas para Kant:

- **Lei universal:** *"Aja como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, através da tua vontade, uma lei universal."* Variante: *"Age como se a máxima da tua ação fosse para ser transformada, através da tua vontade, em uma lei universal da natureza."*;
- **Fim em si mesmo:** *"Aja de tal forma que uses a humanidade, tanto na tua pessoa, como na pessoa de qualquer outro, sempre e ao mesmo tempo como fim e nunca simplesmente como meio."*
- **Legislador universal (ou da autonomia):** *"Aja de tal maneira que tua vontade possa encarar a si mesma, ao mesmo tempo, como um legislador universal através de suas máximas."* Variante: *"Age como se fosses, através de suas máximas, sempre um membro legislador no reino universal dos fins."*

É apenas agindo a partir do imperativo categórico, e não a partir do imperativo hipotético, que a vontade do ser humano é verdadeiramente moral, no sentido de que tal ação é boa em si mesma e não boa em virtude de algo que lhe é exterior. É por conta disso que lemos a máxima kantiana que afirma o seguinte: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal.” Isso significa que nossa ação é moralmente boa apenas quando podemos universalizá-la, isto é, apenas quando todos possam agir da mesma forma sem qualquer contradição. Nesse sentido, uma ação não pode ser considerada boa a partir de condicionantes como: chegar ao céu, ser feliz, evitar a dor, ou qualquer outro interesse particular. Uma ação verdadeiramente moral tem como base a racionalidade humana, que é incondicional e necessária.

Esclarecimento e menoridade

Uma ética deontológica só pode ser pensada dentro do contexto de uma proposta de emancipação humana. Kant defende que o ser humano deve sair da menoridade para o esclarecimento, um estado de consciência e liberdade. **A menoridade é produzida pelo próprio homem, que não abandona a mediocridade por medo de ser livre e tomar suas próprias decisões.** Para Kant, a menoridade afeta todos os campos da vida humana.

Para sair da menoridade, o homem deve cultivar sua liberdade e seu autocontrole. Devemos buscar o conhecimento. Kant defende a coragem e a ousadia na expressão *Sapere aude!* ("Ouse saber!"). Apenas essa atitude nos tira do estado de menoridade, em que somos tutelados por outras pessoas e instituições, e nos tornamos livres. Apenas fazendo uso do nosso entendimento chegamos ao esclarecimento.

Kant atribui ao comodismo, à preguiça e à covardia a manutenção do homem na menoridade. É uma atitude infantil em que esperamos que nossos problemas sejam resolvidos por outros, queremos tudo na mão. Mas essa postura permite a dominação e a opressão, o surgimento de governos despóticos e fenômenos do gênero. Só o esclarecimento combate esses males.

O esclarecimento exige que os indivíduos façam uso privado da razão. Isso deve ocorrer num estado de liberdade. Não significa uma liberdade absoluta, mas que inclua a todos num senso de pertencimento e respeito ao outro. Kant dá como exemplo um sujeito em um cargo público. Ele não pode se colocar em público contra seu superior, mas deve, mesmo obedecendo, expor os erros que percebeu. Como vemos, a proposta ética kantiana está conectada com sua percepção metafísica, onde o sujeito e seu intelecto ocupam posição central e a racionalidade é seu instrumento por excelência.

Clique [aqui](#) para visualizar o PPT utilizado em aula.

Exercícios



1. Immanuel Kant dedicou sua “Crítica da razão pura” à questão do conhecimento. De acordo com o que escreve o filósofo alemão na abertura da parte sobre a “razão em geral” desta obra, todo o nosso conhecimento começa:
 - a) na razão, vai daí aos sentidos e termina no entendimento;
 - b) na razão, vai daí ao entendimento e termina nos sentidos;
 - c) no entendimento, vai daí à razão e termina nos sentidos;
 - d) nos sentidos, vai daí ao entendimento e termina na razão;
 - e) nos sentidos, vai daí à razão e termina no entendimento.

 2. Segundo Kant, o imperativo categórico exprime-se numa fórmula geral: “Age em conformidade apenas com aquela máxima pela qual possas querer ao mesmo tempo que ela se torne lei universal.” Essa fórmula permite a Kant deduzir as três máximas morais que exprimem a incondicionalidade dos atos realizados por dever. Considere as afirmativas:
 - I. Age de tal maneira que tua ação devesse representar os anseios morais de cada um;
 - II. Age como se a máxima de tua ação devesse ser erigida por vontade em lei universal da natureza;
 - III. Age como se a máxima de tua ação devesse representar a intenção mais profunda de sua consciência;
 - IV. Age como se a máxima de tua ação devesse servir de lei universal para todos os seres racionais;
 - V. Age de tal maneira que trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de outrem, sempre como um fim e nunca como meio.Está correto o que se afirma APENAS em
 - a) II, III e V.
 - b) I, II e IV.
 - c) II, IV e V.
 - d) I, II e V.
 - e) III, IV e V.
-



3. “Em todos os juízos em que for pensada a relação de um sujeito com o predicado (se considero apenas os juízos afirmativos, pois a aplicação aos negativos torna-se depois fácil), essa relação é possível de dois modos. Ou o predicado B pertence ao sujeito A, como algo que está contido (ocultamente) nesse conceito A; ou B encontra-se totalmente fora do conceito A, ainda que esteja em conexão com ele. No primeiro caso denomino o juízo de analítico, no outro de sintético.”

(KANT, I. *Crítica da razão pura*. In: MARCONDES, D. *Textos básicos de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007, p. 119).

Com base nas ideias de Kant sobre juízos analíticos e sintéticos, assinale o que for correto.

(01) Juízos analíticos, tais como “o triângulo tem três lados”, expressam a identidade entre sujeito e predicado.

(02) Os princípios de nossas ações morais devem ser fundados em juízos sintéticos a priori teóricos, isto é, de validade universal e necessária.

(04) De acordo com a definição de Kant, as proposições “todos os corpos ocupam lugar no espaço” e “todos os corpos são pesados” são juízos analíticos.

(08) As proposições das ciências da natureza obtidas por meio da experiência, à medida que expressam conhecimentos verdadeiros sobre o mundo, podem ser juízos analíticos ou sintéticos.

(16) A função do juízo analítico é elucidar aquilo que já está contido no conceito de algo, e nada acrescenta a esse conceito.

Soma: ()



4. “Para este esclarecimento, não é exigido nada mais senão liberdade; e, aliás, a mais inofensiva de todas as espécies, a saber, aquela de fazer em todas as circunstâncias uso público da sua razão. Só que ouço clamarem de todos os lados: não raciocineis! O oficial diz: não raciocineis, mas exercitai! O conselheiro fiscal diz: não raciocineis, mas pagai! O sacerdote: não raciocineis, mas crede! (Somente um único senhor no mundo diz: raciocinai tanto quanto quiserdes, e sobre o que quiserdes; mas obedecei!). Por toda parte, o que se vê é limitação da liberdade. Porém, qual limitação à liberdade é contrária ao esclarecimento? Qual não o é, sendo-lhe, antes, favorável?”

(KANT, Immanuel. *Resposta à questão: O que é esclarecimento?* Trad. Vinicius de Figueiredo. In: MARÇAL, J.; CABARRÃO, M.; FANTIN, M. E. (Orgs.). *Antologia de Textos Filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 408-409.)

Considerando a passagem acima e o conjunto do texto citado, responda: o que é esclarecimento? Qual a condição básica para se atingir o esclarecimento? Qual o ponto em comum na ação do oficial, do conselheiro fiscal e do sacerdote que obstrui o esclarecimento? Por que Frederico II destoa dessas vozes? Qual o uso da razão que pode ser limitado sem que isso “prejudique sensivelmente o progresso do esclarecimento”?

5. Seduzido por uma tal prova de força da razão, o impulso de ir mais além não vê limites. A leve pomba, ao sulcar livremente o ar, cuja resistência sente, poderia crer que, no vácuo, melhor ainda conseguiria desferir seu voo. Foi precisamente assim que Platão, abandonando o mundo dos sentidos que encerra o entendimento em limites tão estreitos, lançou-se nas asas das ideias pelo espaço vazio do entendimento puro. Não reparou que os seus esforços não logravam abrir caminho, porque não tinha um ponto de apoio, como que um suporte, em que se pudesse firmar as suas forças para mover o entendimento. É, porém, o destino corrente da razão humana, na especulação, concluir o seu edifício tão cedo quanto possível e só depois examinar se ele possui bons fundamentos.

(Adaptado de: KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. 3.ed. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. p.41-42.)

Com base no texto e na epistemologia de Kant, disserte acerca de sua crítica ao conhecimento humano.

Gabarito

1. D

Para Kant, todo o nosso conhecimento começa nos sentidos (sensibilidade), onde os dados da experiência sensível são ordenados pela intuição em tempo e espaço. Depois, passa ao entendimento, onde é estruturado de acordo com as categorias (Quantidade: Unidade, Pluralidade e Totalidade; Qualidade: Realidade, Negação e Limitação; Relação: Substância, Causalidade e Comunidade; Modalidade: Possibilidade, Existência e Necessidade). Por fim, termina na razão.

2. C

I. Incorreta: em Kant, a ação moral não representa os anseios morais, mas sim uma lei universal entendida como boa em si mesma.

II. Correta: essa formulação corresponde ao enunciado conhecido como lei universal.

III. Incorreta: o imperativo categórico não está vinculado à intenção da consciência individual, mas sim à noção do "eu transcendental".

IV. Correta: essa formulação corresponde ao enunciado conhecido como legislador universal.

V. Correta: essa formulação corresponde ao enunciado conhecido como fim em si mesmo.

Portanto está correto o que se afirma apenas em II, IV e V. Desse modo, o gabarito da questão é a alternativa C.

3. $1 + 16 = 17$

(02) Incorreta: as ações morais são baseadas no imperativo categórico. A partir dele, o juízo moral se baseia nas máximas que a ação incorpora *a priori*. Enquanto juízos sintéticos descrevem como as coisas são, juízos morais descrevem como as ações devem ser.

(04) Incorreta: essas são proposições que acrescentam uma informação ao sujeito, de maneira tal que, mesmo não podendo ser experimentadas, estabelecem um conhecimento universal e necessário, sendo juízos sintéticos *a priori*.

(08) Incorreta: para expressar um conhecimento sobre o mundo é necessário haver a "soma" de alguma informação ao sujeito. Por isso, os conhecimentos sobre a natureza podem assumir a forma *a priori* ou *a posteriori*, mas não serão analíticos.

4. Esclarecimento é a passagem da menoridade para a maioridade cognitiva. É a efetiva libertação do homem, sua realização como ser autônomo e pensante, crítico. Para atingi-la, é preciso liberdade e coragem, pois a posição de menoridade é uma posição de conforto, na qual não assumimos a responsabilidade por nossos atos. Os personagens são tutores, atuam normatizando, dizendo o que fazer. Para se emancipar, o homem deve ser autônomo, desenvolver seu senso crítico e pensar *Sapere aude!* Frederico II destoa porque é a figura clássica de um déspota esclarecido, inicia um processo de implementação de liberdades civis na então Prússia. O uso privado da razão pode ser limitado sem impedir o progresso do esclarecimento. Aqui, Kant conecta o esclarecimento e a liberdade com o senso de dever. No texto, o que é esclarecimento, Kant exemplifica que um indivíduo em atividade no setor público, por exemplo, não pode se dar ao luxo de agir conforme julga melhor, mas deve julgar condicionado às regras estabelecidas, ou seja, seu dever.

5. Kant é um filósofo moderno conhecido pelas obras críticas que produziu. Destaca-se a obra “Crítica da razão pura”, cujo objeto é a reflexão acerca das condições de possibilidade do conhecimento humano. Ao debruçar sobre tal assunto, tão pertinente à filosofia, Kant tece considerações críticas à metafísica, a saber, àquele conhecimento produzido pela razão humana sem lastro empírico com a realidade. Para Kant, há uma tendência natural de a razão humana se distanciar da realidade, em voos altissonantes, e produzir conhecimentos que mais se aproximam de quimeras do que de verdades. É o que ele chama de uso especulativo da razão. Contrário à metafísica, firma posição pelo conhecimento construído a partir da experiência, sem concordar, no entanto, que a fundamentação do conhecimento esteja circunscrita ao campo empírico. Entre a metafísica e a experiência, entre o idealismo e o realismo, a fundamentação do conhecimento é fixada na dimensão transcendental, a saber, nas condições de possibilidade de o sujeito conhecer o real. Em outros termos, dirá-se que o conhecimento para Kant não se fundamenta no além, mas no aquém da experiência.
-

Elias e Bourdieu

Teoria

Norbert Elias

Norbert Elias foi um dos sociólogos mais importantes da contemporaneidade. Alemão, de Breslau (1897-1990) e de família judaica, precisou – quando Hitler se tornou chanceler da Alemanha – fugir e exilar-se na França em 1933, estabelecendo-se posteriormente na Inglaterra, onde passou grande parte de sua vida. Infelizmente, seus trabalhos só tiveram reconhecimento muito tardiamente (apenas após a sua morte). As obras de Elias destacaram-se por tratar da relação entre poder, comportamento, emoção e educação, abarcando conhecimento sociológico, psicológico, antropológico e histórico. Suas principais obras são “O processo civilizador” e “A sociedade dos indivíduos”, nos quais ele define sua nova forma de compreender a relação entre os indivíduos e a sociedade.

O sociólogo Norbert Elias tem diversas teorias e conceitos muito interessantes de serem estudados – a maioria que trata, de forma direta ou indireta, da construção do comportamento dos indivíduos e a relação deste com o jogo de poder estabelecido nas sociedades contemporâneas e suas problemáticas na formação dos costumes. No entanto, neste texto, apresenta-se a análise de Elias que mais ganha destaque nos vestibulares, a saber: sua teoria sobre a sociedade dos indivíduos. Para tal tarefa, vamos lembrar quais são as duas teorias clássicas sobre a relação sociedade x indivíduos?

Tradicionalmente, aprendemos duas teorias antagônicas sobre a relação entre a sociedade e os indivíduos e suas influências nos comportamentos: a que foi criada por Durkheim, que valoriza a sociedade; e a criada por Max Weber, que define os indivíduos como sendo mais importantes nesse processo. A primeira, fundamentada por Durkheim, defende que é a sociedade que define o comportamento dos indivíduos e que os valores culturais são inculcados nos indivíduos desde muito cedo a partir da educação – com o auxílio das instituições sociais. Durkheim chama esse fenômeno de fato social e alega que suas três principais características são: ser coercitivo, geral e externo. A segunda teoria, que aborda as relações sociedade x indivíduo x produção do comportamento, foi criada por Weber. Ao contrário da de Durkheim, defende que os costumes são criados no interior de cada indivíduo, e este só ganha sentido quando é exteriorizado e se percebe que outras várias pessoas pensaram o mesmo. Weber chama esse fenômeno de ação social.

Para Norbert Elias, ambas as teorias são problemáticas, pois, na contemporaneidade, essa dicotomia sociedade x indivíduo já não é mais aceitável, uma vez que um acaba definindo o outro simultaneamente e de forma proveitosa. O indivíduo que cria a estrutura social e, ao mesmo tempo, o todo dessa estrutura acaba tendo um papel importante na definição dos comportamentos coletivos e individuais. Na obra “Sociologia em movimento”, os autores dizem assim: “Neste sentido, o indivíduo elabora estratégias para alcançar objetivos, mas os objetivos que são socialmente validados pelas estruturas sociais construídas historicamente. Considere-se o exemplo das leis, que especificam limites para a escolha individual ao mesmo tempo que também protegem os indivíduos.”

Habitus

Norbert Elias colabora com o passo seguinte das ciências sociais, que pode ser resumido em tentar resolver o problema agente x estrutura. O conceito de habitus é criado visando solucionar essa questão. Elias também colabora na formação desse conceito, afirmando que *habitus* é uma internalização de componentes sociais, que permite o surgimento de um “eu” com determinadas características. O sociólogo defende que a separação de indivíduo e sociedade em entidades diferentes promove uma confusão na compreensão dos fenômenos sociais. Para Elias, sociedade e indivíduos são processos. Eles são diferentes, mas indissociáveis. Elias atribui à sociedade de corte da Idade Média o início de internalização do *habitus* típico da sociedade moderna, de **constrangimento** e **vergonha**. Nesse momento histórico, os indivíduos passaram a formar suas consciências e comportamentos a partir de imposições sociais e culturais. Assim, o *habitus* se constitui como a observação de regras sociais de maneira inconsciente, que são inculcadas nas personalidades dos indivíduos durante sua formação como seres sociais.

Veja bem, toda sociedade se formou em torno de um padrão de comportamento e sempre houve algum nível de sanção direcionado ao não cumprimento desse padrão. Ocorre que o fenômeno da sociedade de corte é fundamental para a sociabilidade moderna porque ele é o ponto de partida para uma dinâmica típica da nossa sociedade, uma espécie de proibição antecipada. Nessa sociedade de corte, vai se formando um conjunto de comportamentos cada vez mais complexo, que gera uma etiqueta. O indivíduo não pode esperar a sanção externa ao seu comportamento, ele deve se **autocensurar** no sentido de prevenir ser sancionado. O *habitus* se forma a partir da internalização dessa censura.

Teias e configurações

O conceito de *habitus* está totalmente ligado a como Elias concebe a formação social. Para ele, os indivíduos formam teias de interdependência, relações sociais em que os indivíduos seguem regras de comportamento e realizam trocas variadas. **Essas teias são exemplificadas por Elias como uma dança, sendo os passos o *habitus***. Se um indivíduo erra um passo ou muda o planejado, interfere no decorrer da dança.

Somando-se ao conceito de teias de interdependência, temos a configuração social. A configuração é a forma como a teia de interdependência se manifesta – sendo grupos mais tradicionais as famílias, aldeias, cidades etc. –, havendo também grupos considerados inovadores – gangues, turmas etc. Dentro da configuração, ocorrem teias de interdependência baseadas em *habitus* que as sustentam.

Como podemos observar, além de dinâmica, a teoria sociológica de Elias é concisa e integrada. Para Elias, a sociedade se forma a partir de relações entre “eu”, “tu”, “nós” e “eles” e a dependência que temos uns dos outros. Somos indivíduos diferentes, que nos tornamos iguais por dependermos uns dos outros. **Não há como conceber os indivíduos e a sociedade separados, já que os dois são componentes da nossa existência**. Um pensamento inovador por conseguir dar prosseguimento no desenvolvimento da teoria sociológica.

Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu (1930-2002) foi um importante sociólogo francês, que acabou se tornando um dos pensadores mais importantes do século XX, tendo sido um dos maiores críticos dos processos de manutenção das desigualdades sociais nas sociedades capitalistas contemporâneas. Do ponto de vista sociológico, defendia a utilização de procedimentos metodológicos rigorosos, bem como técnicas estatísticas e etnográficas, no sentido de fortalecer a sociologia como ciência. Em grande medida, uma das questões mais centrais do seu trabalho sociológico gira em torno da busca de uma explicação para a situação de dominação entre os grupos sociais, assim como a expressão dessa dominação no processo educativo desenvolvido pela escola, o que tentaremos esclarecer na sequência.

Na análise das sociedades capitalistas e suas formas de dominação, **Bourdieu se destacou por desenvolver uma teoria focada nos aspectos simbólicos que determinam as práticas sociais.** Sua sociologia privilegia a análise da reprodução social, ou seja, como acontece a manutenção da situação atual de uma sociedade, como se perpetua o *status quo* (hierarquias sociais se mantêm ao longo do tempo).

Capital cultural

Bourdieu considerava a análise marxiana limitada, pois desconsiderava as relações simbólicas da sociedade. Para ele, não se trata apenas de tentar entender o processo de produção da vida material – ou seja, **a posse de bens, acesso à riqueza ou controle dos meios de produção** –, era importante considerar o prestígio, o *status* e a aceitação social, pois estes também influenciam na posição dos indivíduos na sociedade. Além do **capital econômico** (acesso e acúmulo de bens e riquezas), é preciso analisar o **capital cultural** (acúmulo de conhecimentos reconhecidos socialmente), o **capital social** (relações sociais) e o **capital simbólico** (prestígio). O conceito de **capital** é expandido no pensamento social de Bourdieu para **qualquer recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social. O capital é um ativo social.**

Na sua análise sobre a sociedade, Bourdieu considera esses tipos de capital na formação da estrutura social. Ele entende a estrutura social como fortemente hierarquizada, em que poderes e privilégios determinam-se tanto pelas relações materiais quanto pelas relações simbólicas e culturais. Há grupos que pertencem a camadas distintas dessa estrutura social justamente porque há desigualdade na distribuição de recursos e poderes para os indivíduos no âmbito de uma sociedade. Bourdieu acredita que a sociologia, por ser uma disciplina crítica, ao interpretar os fenômenos sociais, é uma ciência que incomoda, principalmente àquelas camadas sociais que visam manter o *status quo* e, conseqüentemente, os seus próprios privilégios. Nas palavras do autor: **“A sociologia é um esporte de combate”.**

Como sabemos, para Bourdieu, os recursos econômicos desempenham um papel importante, mas não exclusivo nas relações de poder e dominação. De maneira geral, ter um carro de luxo é diferente de ter três carros comuns, apesar de o custo material ser o mesmo. Outro fator determinante pode ser um título de pós-graduação ou o reconhecimento por um grande feito, como ser o arquiteto de um edifício notável ou um medalhista olímpico. Esses eventos constituem **poder**, mesmo que não sejam poder material. Bourdieu dedica boa parte de seu trabalho para pensar a relação desses capitais com a instituição escolar. Para ele, **a escola é um instrumento de perpetuação da desigualdade social. atuando na reprodução social.** Ela é uma instituição especializada em transmitir aos estudantes a forma de conhecimento das classes dominantes. Seu efeito mais cruel é dar a essa hierarquia uma aparência de neutralidade. É como se o conhecimento escolar fosse oficial porque é **“natural”, “normal” e “certo”.**

Educação e violência simbólica

Quando um indivíduo entra na escola, ele já tem uma carga de conhecimento adquirido. Esse acesso é desigual, porque os indivíduos se encontram em diferentes condições socioeconômicas. Além disso, como a **escola seleciona aquilo que é certo e o que é errado** (e convenientemente o certo é o conhecimento da classe dominante), um indivíduo que tenha uma vida rica de experiência e saberes pode, mesmo assim, estar em uma posição subalterna na hierarquia social, já que ele pode estar cheio de saberes “errados”. Isso tudo influencia o desempenho dos indivíduos em diferentes esferas da vida. Os indivíduos que internalizaram os saberes escolares antes mesmo da sua entrada na escola (pela sua vivência como membro da classe dominante) estão em vantagem.

Segundo o sociólogo francês, em sociedades hierarquizadas e desiguais como a nossa, não são todas as famílias que dispõem de uma bagagem cultural que lhes possibilite uma identificação com os ensinamentos desenvolvidos no ambiente escolar. Isso gera um **descompasso educacional** na medida em que os grupos sociais mais privilegiados se identificam com os saberes ensinados na escola – como, por exemplo, as artes eruditas –; mas os grupos sociais menos privilegiados, por sua vez, não possuem esses conhecimentos prévios. A escola parece ser **isenta e imparcial** nas suas exigências, mas a verdade é que alguns iniciam a vida escolar mais bem-preparados que outros, graças à desigualdade social. No final das contas, a escola serve como um instrumento de confirmação de desempenho daqueles que já estão familiarizados com sua forma de conhecimento, legitimando e reproduzindo a hierarquia social. O sistema de ensino cobra igualmente de todos os alunos aquilo que nem todos podem oferecer, **não levando em consideração as diferenças sociais fundamentais presentes na sociedade**. Trata-se de uma **violência simbólica**, quando a escola impõe o reconhecimento de uma única forma de cultura, desconsiderando os aspectos culturais referentes às camadas mais populares da sociedade.

Campo simbólico e *habitus*

Um dos temas com o qual se ocupou o sociólogo francês diz respeito à produção do **gosto** nas sociedades. Após uma longa pesquisa qualitativa e quantitativa, nas décadas de 1960 e 1970, sobre as diferenças de gosto que podem ser observadas entre diferentes grupos sociais de uma mesma sociedade, Bourdieu afirma que o gosto cultural é um produto de processos educativos que são ambientados, sobretudo, na família e na escola.

Em linhas gerais, portanto, **o gosto cultural, assim como o estilo de vida, é explicado pela trajetória social experimentada por cada indivíduo**. Isso significa ir contra a ideia comum de que os gostos e estilos de vida nos remeteriam diretamente ao foro íntimo de cada indivíduo. Ao contrário, eles são o resultado de relações de poder que se efetuem principalmente nas instituições da família e da escola.

O **campo** é um conceito que representa o espaço simbólico onde circulam os símbolos e ocorrem as disputas entre os agentes, para afirmar quais símbolos são importantes e quais não. Nele, há a **validação, determinação e legitimação** de representações simbólicas. Essa disputa institui o **poder simbólico**. Esse campo sustenta signos classificados como adequados e compatíveis com um **código de valores**. Um dos melhores exemplos dados por Bourdieu é o campo simbólico da arte, no qual a disputa simbólica define o que é arte e como classificar uma obra de arte, definindo o que é erudito, popular ou pertencente à indústria cultural. Essa luta determina, também, quais **valores** e quais **rituais de consagração** as constituem. O campo goza de relativa autonomia e os indivíduos que seguem seus valores e rituais são considerados seus membros, sendo as **“autoridades”** do campo os dotados de maior volume de capital.

O ***habitus*** é um importante componente do campo. Ele define a relação entre a trajetória do **indivíduo** e a **estrutura social** em que ele está inserido. O *habitus* se constitui como um **padrão social**, um jeito de ser e estar. Ele está ligado à **sensibilidade** e ao **comportamento** que orienta a ação dos indivíduos. Como sabemos, Bourdieu está inserido no grupo de sociólogos que tenta conciliar o impasse **agente x estrutura**. Retomando Weber, toda ação social é orientada por ações sociais de outras pessoas e pela expectativa de como a ação individual será acolhida. Bourdieu aponta para a **importância do conjunto de situações e experiências prévias, que orientam as escolhas e motivações dos indivíduos (a ação social), mesmo que de forma inconsciente.** Elas estão relacionadas com as possibilidades e limitações dos sujeitos na sociedade, ou seja, com as estruturas que os indivíduos já encontram quando interagem socialmente e a distribuição de poder, que é desigual e forma uma hierarquia. Vemos como a teoria social weberiana é articulada com o pensamento durkheimiano.

As práticas sociais dos indivíduos não são tanto escolhas racionais e deliberadas, mas estão relacionadas ao ***habitus interiorizado*** de sua posição social. Comportamentos que nos parecem banais, como a forma de usar os talheres, de se expressar em público ou de se vestir, na realidade, são resultado da internalização de padrões aprendidos desde a infância. Essas práticas influenciam na maneira como o indivíduo é visto por outros, o que pode lhe render vantagens ou não em determinados contextos.

Clique [aqui](#) para visualizar o PPT utilizado em aula.

Exercícios



1. O artigo 402 do Código Penal brasileiro de 1890 dizia: “Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação de capoeiragem: andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens. Pena: Prisão de dois a seis meses.”

SOARES, C. E. L. A Negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro: 1850-1890. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994 (adaptado).

O artigo do primeiro Código Penal republicano naturaliza medidas socialmente excludentes. Nesse contexto, tal regulamento expressava

- a) a manutenção de parte da legislação do Império com vistas ao controle da criminalidade urbana.
- b) a defesa do retorno do cativo e escravidão pelos primeiros governos do período republicano.
- c) o caráter disciplinador de uma sociedade industrializada, desejosa de um equilíbrio entre progresso e civilização.
- d) a criminalização de práticas culturais e a persistência de valores que vinculavam certos grupos ao passado de escravidão.
- e) o poder do regime escravista, que mantinha os negros como categoria social inferior, discriminada e segregada.



2. Assim, nessa pequena comunidade, deparava-se com o que parece ser uma constante universal em qualquer figuração de estabelecidos-outsiders: o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social não profissional com seus próprios membros; e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa [*praise gossip*], no caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas [*blame gossip*] contra os suspeitos de transgressão.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 20.

Por conseguinte, o espaço dos estilos de vida, ou seja, o universo das propriedades pelas quais se diferenciam, com ou sem intenção de distinção, os ocupantes das diferentes posições no espaço social não passa em si mesmo de um balanço, em determinado momento, das lutas simbólicas cujo pretexto é a imposição do estilo de vida legítimo e que encontram uma realização exemplar nas lutas pelo monopólio dos emblemas da “classe”, ou seja, bens de luxo, bens de cultura legítima ou modo de apropriação legítimo desses bens.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção. Crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008, p. 233.

Com relação às teorias de Norbert Elias e John Scotson e de Pierre Bourdieu, é correto afirmar que:

- (01) De acordo com Elias e Scotson, os grupos estabelecidos mobilizam características naturais de superioridade a fim de se mostrarem mais valiosos do que outros grupos;
- (02) De acordo com Bourdieu, a ocupação do espaço social mais distinto por parte de certos grupos se baseia em suas capacidades inatas de exprimir um gosto cultural legítimo;
- (04) O par conceitual formado por valorização e exclusão é considerado por Elias e Scotson uma constante das relações de poder;
- (08) A aquisição de símbolos distintivos cumpre uma função de legitimação do estilo de vida que, segundo Bourdieu, é parte de um conflito simbólico permanente;
- (16) Um traço comum a essas teorias é que elas assumem que os mecanismos de exercício do poder não são meras imposições das classes dominantes, mas expressam relações entre os grupos dominantes e dominados;
- (32) Tanto Elias e Scotson quanto Bourdieu consideram que formar posses econômicas é o principal mecanismo de hierarquização de grupos sociais;
- (64) Elias e Scotson e Bourdieu podem ser considerados representantes de teorias sociológicas que buscam realizar uma síntese teórica entre o papel das estruturas sociais e o papel dos agentes da vida social, e isso se expressa na forma como esses autores entendem a luta por poder.

Soma: ()

3. Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), os agentes sociais estão inseridos na estrutura da sociedade, ocupando posições hierárquicas que dependem, em grande parte, das características culturais, sociais e comportamentais de cada indivíduo. Por isso, cada agente formula estratégias para se inserir na sociedade e para a manutenção de sua posição na hierarquia social que contribuem tanto para a conservação da estrutura social como para a sua transformação. Para Bourdieu, “pode-se genericamente verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e a sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas à sua posição”.

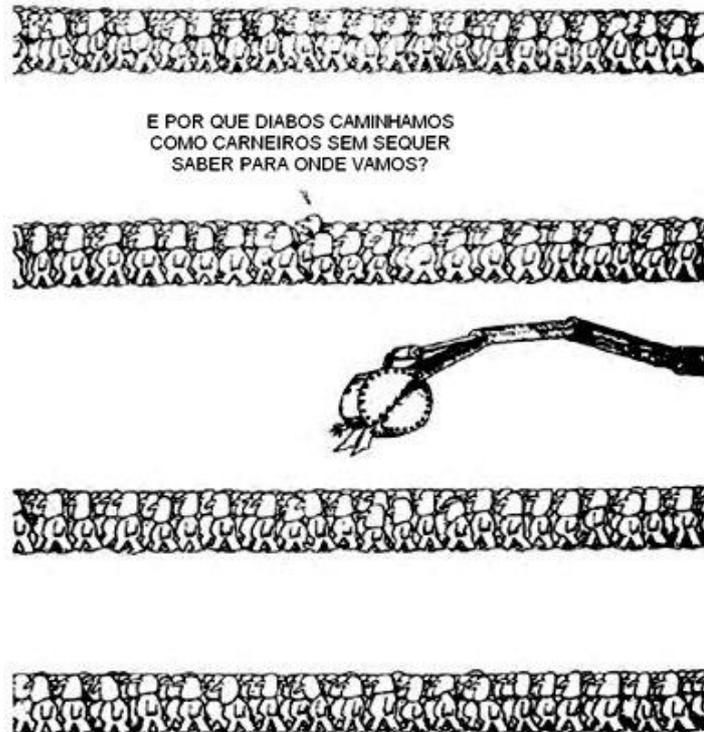
(BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004, p. 29).

Considerando o trecho citado e os estudos sociológicos sobre indivíduo e sociedade, assinale o que for correto.

- (01) O pensamento sociológico ensina que as relações sociais são diferentes das relações políticas, pois na sociedade não há disputas e nem conflitos.
- (02) A sociologia se dedica ao estudo das estruturas sociais, e não ao dos indivíduos, porque entende que as pessoas não atuam com racionalidade.
- (04) De acordo com Bourdieu, no trecho citado, as pessoas agem orientadas por disposições de classe e pela posição que ocupam na estrutura social.
- (08) Ao estudar as relações sociais, Bourdieu afirma que o esforço e a dedicação individual são a medida do sucesso pessoal que alguém pode ter em sua vida.
- (16) As relações entre as trajetórias individuais e as estruturas sociais permitem à sociologia estudar as mudanças e as permanências na ordem social.

Soma: ()

4. Normalidade II – Quino



Disponível em: <<http://www.filosofia.com.br/figuras/charge/49.jpg>>; Acesso em: 26 mar. 2009.

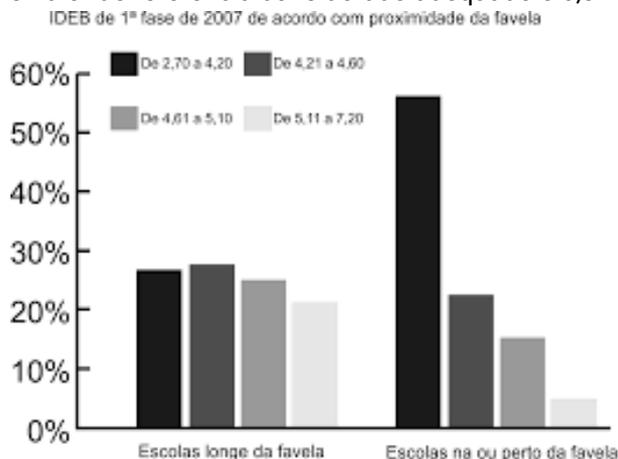
“Eu não vou mais precisar de muita força, vou usar todas as que tenho agora” – ele pensou. E ele se lembrou das moscas que rebentam suas perninhas ao tentarem escapar do mata-moscas.

KAFKA, Franz. *O processo*. Porto Alegre: L & PM Pocket, 2007. p. 258. (Fragmento).

O controle social pode ser tomado como um conjunto de penalidades e aprovações, chamadas também de sanções. Estas são aplicadas aos indivíduos pela sociedade, para assegurar a conformidade das condutas aos modelos estabelecidos. A imagem e o texto destacam aspectos relativos

- a) à possibilidade de reação e reversão de processos condicionantes;
- b) aos anseios idealistas utópicos perante as convenções sociais;
- c) à natureza imitadora da maioria dos indivíduos diante das instituições sociais;
- d) às relações de poder presentes nas sociedades;
- e) à garantia de liberdade coletiva pelo uso da força.

5. Observe o gráfico a seguir, elaborado com base em dados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que, em uma escala de 0 a 10, mede aprovação e desempenho escolar nas avaliações nacionais. O valor de referência considerado adequado é 6,0.



Adaptado de RIBEIRO, L. C. de Q. e KOSLINKI, M. A qualidade das escolas nas metrópoles. *Le monde Diplomatique Brasil*. abr. 2009, p.21

O sociólogo Pierre Bourdieu sugeriu que, nas sociedades divididas em classes sociais, a escola contribui para a reprodução das desigualdades sociais. Isso acontece porque, nessas sociedades, além da desigualdade de base econômica, há mecanismos que promovem o acesso e a distribuição desiguais daquilo que ele denominou capital cultural.

Caracterize o conceito de capital cultural elaborado por Pierre Bourdieu e utilize-o para explicar a dimensão cultural da relação entre segregação residencial e resultados educacionais apontada no gráfico.

Gabaritos

1. D

Numa perspectiva bourdieusiana, a forma de ser e estar da elite é estabelecida como padrão a ser seguido por todos. Ser diferente do padrão dominante é errado e a socialização impõe aos indivíduos a crença de que todos devem seguir a padronização e a homogeneização. Em algumas ocorrências, o desviante pode ser considerado criminoso, como colocado pelo enunciado

2. **04 + 08 + 16 + 64 = 92**

(01) Errada. Apesar de mobilizar características muitas vezes naturais, a superioridade é uma interpretação produzida pelos portadores dessas características.

(02) Errada. O gosto cultural de um indivíduo nada tem a ver com características inatas. Antes, passa pelo processo de socialização e conseqüente formação do *habitus*.

(32) Errada. Os autores citados acreditam que a hierarquização social não depende apenas de fatores econômicos, mas também sociais, culturais e políticos.

3. **4 + 16 = 20**

(01) Errada. Ao contrário. Relações sociais são impregnadas de poder, disputas e conflitos

(02) Errada. Obras como a de Elias e Bourdieu, além de Weber, focam nos indivíduos e estudam o sentido de suas ações e a organização de seus comportamentos como disposições internalizadas.

(08) Errada. Bourdieu afirma que a hierarquização social é estruturada pela ideologia dominante e que a afirmação citada é apenas a expressão dessa ideologia, que gera controle social e mantém o *status quo*.

4. D

O *habitus* é um padrão de comportamento internalizado pelos indivíduos. Muitos indivíduos agem conforme essas disposições de maneira inconsciente. A aquisição de *habitus* passa pelo processo de socialização, que se dá no interior de uma sociedade, seguindo suas dinâmicas de poder que regem suas estruturas.

5. Capital cultural refere-se ao conjunto de recursos materiais e simbólicos, competências e disposições disponíveis e mobilizáveis em matéria daquilo que é definido, arbitrariamente, como cultura dominante ou legítima. Seu conteúdo principal coincide com a denominada "cultura erudita" ou "alta cultura" e expressa-se na forma da "cultura letrada", sendo esta a base da cultura escolar. Bourdieu sugere que o capital cultural, principalmente na forma da cultura letrada, é mais próprio do universo cultural das famílias das classes médias e altas em razão da escolaridade elevada dos pais e do acesso a bens culturais próprios dessa cultura. Sendo assim, a familiarização prévia com a cultura letrada adquirida pelas crianças dessas classes sociais no processo de socialização primária favoreceria o desempenho escolar na medida em que facilitaria a aprendizagem dos conteúdos e dos códigos intelectuais, linguísticos e disciplinares que a escola utiliza e sanciona. Desse modo, o pior desempenho no IDEB por parte dos alunos de escolas próximas das favelas relaciona-se ao fato de que os bairros pobres são justamente os que apresentam maior concentração de pais com baixa escolaridade e sem condições materiais de prover às crianças o acesso a experiências culturais e ao consumo daqueles itens que favorecem a antecipação na aquisição da cultura letrada, tais como livros, revistas de informação geral, jornais, computadores etc.

Maquiavel e Hobbes

Teoria

Nicolau Maquiavel

Principal filósofo renascentista, Nicolau Maquiavel (1469-1527) ficou famoso, sobretudo, por seus escritos a respeito da política. Vivendo no contexto de formação dos Estados nacionais modernos e de desintegração das sociedades políticas medievais, o pensador italiano refletiu a respeito de seu tempo e propôs uma série de ideias revolucionárias. Exatamente por isso, Maquiavel é conhecido como o fundador do pensamento político moderno.

Idealismo x realismo

O cenário que Maquiavel encontrou foi o seguinte: as ideias de Platão e Aristóteles atravessaram os séculos e influenciaram fortemente a intelectualidade romana. O bem comum continuou sendo um objetivo a ser alcançado pelo governante, marcado pela justiça platônica e pela vida boa e feliz aristotélica. Cícero e Sêneca, por exemplo, dedicaram sua teoria política à formação do bom príncipe, um sujeito educado de acordo com as virtudes estipuladas pelos pensadores gregos para o bom desempenho da função de governar.

Durante a Idade Média, essa função administrativa foi gradualmente sendo assumida pela Igreja, já que se difundiu a ideia de que o único governante do universo é Deus. Sendo assim, os líderes eram considerados escolhidos por Deus. Sabemos que durante esse período houve vários atritos entre reis e Igreja, mas essa noção perdurou até o Renascimento (tendo, inclusive, defensores durante a modernidade). Essas concepções de política e poder geraram resultados muitas vezes catastróficos, recebendo o privilegiado olhar de Maquiavel.

Seu principal livro foi “O Príncipe”, obra dedicada ao príncipe de Florença e cujo objetivo era mostrar ao monarca como se deve governar. Na obra, Maquiavel teve como principais adversários intelectuais os filósofos políticos clássicos, tais como Platão, Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, bem como os chamados utopistas do Renascimento, tais como Thomas Morus e Tommaso Campanella. Tanto uns quanto outros padeciam do mesmo mal, de acordo com Maquiavel: eles não se preocupavam em compreender como a política é, mas sim em como ela deveria ser. Em outras palavras, estavam preocupados com o ideal e não com a realidade, com o modelo perfeito e acabado, não com a política tal como ela se dá de fato.

Indo, por sua vez, numa direção inteiramente oposta, Maquiavel se caracterizou acima de tudo por buscar construir uma **explicação inteiramente realista da política**. Para ele, quando procuramos entender o que algo deveria ser, acabamos por não entender o que ele é e, portanto acabamos por desconhecê-lo. Observando essa distância entre ideal de política e realidade política, Maquiavel, com base na sua vasta pesquisa histórica (que demonstravam os erros dos governantes estudados pelo pensador), provoca uma inovação sem precedentes.

O ser humano no centro do debate

Para Maquiavel, em primeiro lugar, se queremos ter uma percepção realista da política, devemos ter em mente que ela é obra dos homens e que os homens são fundamentalmente maus, miseráveis, egoístas, traiçoeiros, mentirosos, que sempre pensam em seu próprio bem antes de pensar no dos demais e que a política é, portanto, basicamente um jogo de interesses.

Assim, a função da política não é tornar as pessoas melhores, mais virtuosas ou construir uma sociedade. Todo o pensamento de Maquiavel se baseia na constatação de que o papel do poder político é pura e simplesmente manter o poder e a ordem. Ou seja, a política é a arte de regular as lutas e tensões entre os grupos sociais, que Maquiavel separa genericamente em poderosos e o povo. A função do governante é gerenciar as relações de poder no interior da comunidade, não permitindo que ela saia do controle. Esse é o objetivo da política, não o bem comum, mas a manutenção do poder do Estado.

Lógica do poder

Na medida em que é responsável por manter a ordem, o governante tem o direito e a obrigação de utilizar todos os meios necessários para tal. Se for necessário matar, ele deve matar. Se for necessário mentir, ele deve mentir. Se for preciso trair, ele deve trair. Toda ação governamental se justifica pelo critério da eficiência, isto é, na medida em que seja capaz de realizar a tarefa da política, que é manter a ordem e a paz. Como só o poder pode limitar o poder, o uso da força é necessário. Segundo o autor, entre ser temido e ser amado, o governante deve, a princípio, desejar ambos; mas, se tiver de escolher entre um dos dois, deve preferir ser temido, dado que o medo é muito mais firme do que o amor.

Mas veja: apesar de separar inteiramente a ética e a religião da política, **Maquiavel não está defendendo que o monarca possa agir como um tirano inteiramente arbitrário, que faz o que quer sem se importar com os demais e impõe sua força de modo inteiramente autoritário. O que Maquiavel diz é que o príncipe deve agir de modo rígido quando for necessário.** Para ele, se o rei se utiliza da brutalidade sem um motivo razoável, ele não só não está cumprindo seu papel, como também o está pondo em perigo e diminuindo sua autoridade perante o povo.

Em suma, a política é a arte da difícil conjugação entre dois elementos: a virtú e a fortuna. No linguajar maquiaveliano, **fortuna** não é sinônimo de riqueza, mas sim se refere à **sorte, ao acaso, ao âmbito do imprevisível nas relações humanas**. Por sua vez, a **virtú** se refere à **sagacidade humana, isto é, a capacidade do governante de utilizar os momentos fornecidos pela fortuna ao seu favor**. Veja: a virtú não se confunde com a força bruta. Ela é a habilidade de se utilizar dos meios e situações disponíveis para realizar aquilo que a manutenção do Estado e da ordem política exigem. Sem se pautar por parâmetros morais ou religiosos, o príncipe deve sempre fazer o que for preciso, no momento certo. Governar não se trata, portanto, de uma decisão moral, mas sim de uma decisão que atende à lógica do poder.

Thomas Hobbes

Thomas Hobbes (1588-1679) foi um matemático, teórico político e filósofo conhecido por produzir uma teoria de organização da sociedade através da instituição do Estado. Para explicar a questão da origem do Estado, Hobbes teoriza sobre o **contrato social**. Hobbes teve uma sólida formação acadêmica, tendo a oportunidade de ser secretário de Francis Bacon, período em que teve contato com diversos pensadores, tanto da Antiguidade como da modernidade. Hobbes é conhecido por compreender o ser humano de maneira pessimista, tendo uma forte influência de Maquiavel. Para ele, o ser humano é egoísta e competitivo, o que fica bem explícito no seu pensamento.

Contratualismo: como surgiu o Estado?

Tendo a racionalidade humana cada vez mais em destaque e centralidade, concepções que interpretavam a organização social como uma extensão natural do ser humano perderam espaço. Apesar de ainda se discutir a “natureza” do ser humano, passou-se a compreender a organização social, especialmente em forma de Estado, como uma questão de escolha, de decisão. Assim, uma das perguntas mais comuns nos séculos XVII e XVIII foi “como é o ser humano sem o Estado, em sua forma natural?” Essa questão era sempre acompanhada da pergunta “por que o Estado se formou e por que o obedecemos?”. Isso porque os filósofos comumente concluíam que os seres humanos em seu estado natural são livres e iguais. Ou seja, porque esses indivíduos abandonam esse estado de liberdade e igualdade para ingressar numa sociedade gerida por um Estado.

Uma vez que, no estado de natureza, todos os homens seriam totalmente livres, o ingresso no estado político não poderia ser de modo algum imposto e só pode, então, ser compreendido como um contrato social, isto é, um acordo entre os indivíduos, que livremente abriam mão de sua autonomia completa a fim de constituírem o Estado. Não à toa, é por isso que a corrente iniciada por Hobbes é chamada de contratualismo: segundo essa visão, o que fundamenta e legitima o exercício do poder pelo Estado é um contrato livremente assumido pelos cidadãos em um hipotético estado de natureza. É necessário assinalar esse “hipotético”, pois os autores contratualistas não necessariamente se comprometem com a ideia de que este acordo foi literal e histórico. Para muitos, o contrato não passa de uma metáfora.

O contratualismo de Hobbes

No caso específico de Hobbes, o uso da teoria contratualista levou a conclusões bastante conhecidas. De fato, sendo um pensador profundamente pessimista a respeito da natureza humana, o autor compreendia que o homem é acima de tudo um ser egoísta. Assim sendo, segundo Hobbes, em um estado de natureza, sem leis ou regras que os reprimam, os homens viveriam em um estado de conflito constante e insolúvel.

Uma vez que todos os homens são egoístas e que os nossos desejos frequentemente se opõem, pode-se dizer que **“o homem é o lobo do homem”** e que o estado de natureza seria uma permanente **“guerra de todos contra todos”**. Para ele, no estado de natureza, as diferenças entre os homens não são tão grandes, sendo uns um pouco mais fortes, outros um pouco mais inteligentes, mas não sendo quaisquer que sejam suas características tão superiores às dos outros a ponto de se estabelecer um líder, alguém isento do medo de sofrer o mal de outrem. Cada um de nós, nessa situação, tem direito a tudo, mas as coisas que podemos ter são cada vez mais escassas.

Hobbes afirma que temos um instinto de autopreservação (**conatus**). Ora, o que fazer, então? Segundo ele, há uma única saída possível para tal calamidade: por **medo da morte violenta** e a fim de obter a paz e a ordem, os homens teriam que renunciar à sua liberdade natural e se submeter ao Estado, uma instituição que governaria sobre eles, privando-os, parcialmente, de sua liberdade e impondo seu domínio pela lei, mas que, em contrapartida, impediria a guerra e os conflitos entre os homens. Eis o contrato social hobbesiano.

Naturalmente, a consequência mais imediata da filosofia política de Hobbes é a defesa do absolutismo como forma de governo. De fato, como o papel central do Estado é manter a ordem e conter o egoísmo natural humano, seu poder, segundo Hobbes, deve ser fortemente concentrado e o governante está autorizado a fazer tudo o que for necessário a fim de manter a ordem, ainda que pareça imoral. Com efeito, uma vez que se trata de um contrato, o povo não tem o direito de dar um passo atrás e reclamar sua liberdade de volta, rebelando-se contra o governo, uma vez que isso seria apenas o descumprimento do contrato social estabelecido entre governantes e governados.

Exercícios



1. [Todo príncipe prudente deve] não só remediar o presente, mas prever os casos futuros e preveni-los com toda a perícia, de forma que se lhes possa facilmente levar corretivo, e não deixar que se aproximem os acontecimentos, pois deste modo o remédio não chega a tempo, tendo-se tornado incurável a moléstia. [...] Assim se dá com o Estado: conhecendo-se os males com antecedência o que não é dado senão aos homens prudentes, rapidamente são curados [...]

(MAQUIAVEL, N. O Príncipe: Escritos políticos. São Paulo: Nova cultural, 1991, p.12.)

Nas ações de todos os homens, máxime dos príncipes, onde não há tribunal para recorrer, o que importa é o êxito bom ou mau. Procure, pois, um príncipe, vencer e conservar o Estado. Os meios que empregar serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo é levado pelas aparências e pelos resultados dos fatos consumados.

(MAQUIAVEL, N. O Príncipe: Escritos políticos. São Paulo: Nova cultural, 1991, p.75.)

Com base nos textos e nos conhecimentos sobre o pensamento de Maquiavel acerca da polaridade entre virtú e fortuna na ação política e suas implicações na moralidade pública, considere as afirmativas a seguir:

- I. A virtú refere-se à capacidade do príncipe de agir com astúcia e força em meio à fortuna, isto é, à contingência e ao acaso nas quais a política está imersa, com a finalidade de alcançar êxito em seus objetivos;
- II. A fortuna manifesta o destino inexorável dos homens e o caráter imutável de todas as coisas, de modo que a virtú do príncipe consiste em agir consoante a finalidade do Estado ideal: a felicidade dos súditos;
- III. A virtú implica a adesão sincera do governante a um conjunto de valores morais elevados, como a piedade cristã e a humildade, para que tenha êxito na sua ação política diante da fortuna;
- IV. O exercício da virtú diante da fortuna constitui a lógica da ação política orientada para a conquista e a manutenção do poder e manifesta a autonomia dos fins políticos em relação à moral preestabelecida.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- b) Somente as afirmativas II e III são corretas.
- c) Somente as afirmativas II e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas I, III e IV são corretas.



2. O filósofo inglês Thomas Hobbes elaborou sua filosofia política com a intenção de mostrar como a constituição do Estado pelos indivíduos estabelecerá a paz e cessará o que ele chamou de o “estado de guerra de todos contra todos”. Ele afirmou que: “A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de os defender das invasões dos estrangeiros e dos danos uns dos outros, garantindo-lhes uma segurança suficiente para que, mediante o seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda sua força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir todas as suas vontades por pluralidade de votos, a uma só vontade.”

(HOBBS, T. *Leviatã*, XVII, apud FIGUEIREDO, V. B. (org.) *Seis filósofos na sala de aula*, v. 2. São Paulo: Berlandis & Vertecchia, 2007, p. 57).

Sobre a filosofia política de Hobbes, assinale o que for correto.

- (01) A noção de “estado de guerra de todos contra todos” proposta por Hobbes concorda com a definição de Aristóteles de que o homem é um “animal político”.
- (02) O Estado concebido por Hobbes é representativo, isto é, cada cidadão se reconhece como autor dos atos que o governante pratica em nome de todos os governados.
- (04) O soberano não pode estar sujeito às leis civis, pois, se estivesse, seria necessário um juiz, acima do soberano, que pudesse julgá-lo.
- (08) As vontades de todos os cidadãos devem ser reduzidas à vontade única do soberano. Hobbes não admite a divisão entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, como ocorre nos Estados democráticos modernos.
- (16) Para Hobbes, a justiça consiste no cumprimento do pacto estabelecido pela comunidade, e não há nada que seja naturalmente justo ou injusto.

SOMA: ()

3. “Resta agora ver quais devem ser os modos e os atos de governo de um príncipe para com os súditos ou para com os amigos. E porque sei que muitos escreveram sobre isso, temo, escrevendo eu também, ser considerado presunçoso, sobretudo porque, ao debater esta matéria, afasto-me do modo de raciocinar dos outros. Mas, sendo a minha intenção escrever coisa útil a quem a escute, pareceu-me mais convincente ir direto à verdade efetiva da coisa do que à imaginação dessa. E muitos imaginaram repúblicas e principados que nunca foram vistos, nem conhecidos de verdade.”

(MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. SP: Hedra, 2009, p. 159).

A partir do texto citado assinale o que for correto.

- (01) Maquiavel defende uma teoria imaginária de governo, e não uma proposta real e factível.
- (02) Maquiavel afirma que as repúblicas e os principados nunca foram conhecidos de verdade.
- (04) Maquiavel se considera presunçoso por conhecer demais o tema.
- (08) Maquiavel propõe um discurso político que trate de coisas reais e possíveis no mundo da política.
- (16) Maquiavel propõe um discurso político que se volte para o comportamento do governante, para sua atuação e para o modo como ele deve se comportar no governo.

SOMA: ()

4. Quando um cidadão, não por suas crueldades ou outra qualquer intolerável violência, e sim pelo favor dos concidadãos, se torna príncipe de sua pátria – o que se pode chamar de principado civil (e para chegar a isso não é necessário grandes méritos nem muita sorte, mas antes astúcia feliz), digo que se chega a esse principado ou pelo favor do povo ou pelo favor dos poderosos. É que em todas as cidades se encontram essas duas tendências diversas e isso nasce do fato de que o povo não deseja ser governado nem oprimido pelos grandes, e estes desejam governar e oprimir o povo. [...] O principado é estabelecido pelo povo ou pelos grandes, segundo a oportunidade que tiver uma dessas partes: percebendo os grandes que não podem resistir ao povo, começam a dar reputação a um dos seus elementos e o fazem príncipe, para poder, sob sua sombra, satisfazer seus apetites. O povo também, vendo que não pode resistir aos grandes, dá reputação a um cidadão e o elege príncipe para estar defendido com sua autoridade. O que ascende ao principado com a ajuda dos poderosos se mantém com mais dificuldade do que aquele que é eleito pelo próprio povo; encontra-se aquele com muita gente ao redor, que lhe parece sua igual, e por isso não a pode comandar nem manejar como entender. Mas o que alcança o principado pelo favor popular encontra-se sozinho e, ao redor, ou não tem ninguém ou muito poucos que não estejam preparados para obedecê-lo. [...] Quem se torna príncipe mediante o favor do povo deve manter-se seu amigo, o que é muito fácil, uma vez que este deseja apenas não ser oprimido. Mas quem se tornar príncipe contra a opinião popular, por favor dos grandes, deve, antes de mais nada, procurar conquistar o povo.

(MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 39-40.)

De acordo com o excerto extraído do livro “O Príncipe”, de Nicolau Maquiavel, quais virtudes se encerram no principado a favor do povo e no principado a favor dos poderosos?

5. “Mesmo que haja uma grande multidão, se as ações de cada um dos que a compõem forem determinadas pelo julgamento e pelos apetites individuais de cada um, não se poderá esperar que ela seja capaz de dar defesa e proteção a ninguém, seja contra o inimigo comum, seja contra os danos causados uns aos outros”.

(HOBBS, T. *Leviatã*. In: MARÇAL, J.; CABARRÃO, M.; FANTIN, M. E. (Orgs.) *Antologia de Textos Filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 362.)

“A única maneira de instituir um poder comum, capaz de defender [os homens] das invasões dos estrangeiros e dos danos uns dos outros, garantindo-lhes assim uma segurança suficiente para que, mediante o seu próprio labor e graças aos frutos da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda a sua força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir todas as suas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade”.

(HOBBS, T. *Leviatã*. In: MARÇAL, J.; CABARRÃO, M.; FANTIN, M. E. (Orgs.) *Antologia de Textos Filosóficos*. Curitiba: SEED-PR, 2009, p. 374.)

De acordo com os textos acima e com a obra da qual foram extraídos, aponte duas diferenças entre uma multidão de homens e o Estado ou Corpo Político.

Gabarito

1. A

- I. Correta: a virtú é, justamente, a capacidade de o príncipe de agir com astúcia e força em meio às circunstâncias (fortuna).
- II. Incorreta: a finalidade do Estado é a manutenção do poder, independente da felicidade dos súditos.
- III. Incorreta: para obter êxito na política, o governante não deve restringir as suas ações aos valores considerados como moralmente elevados.
- IV. Correta: para garantir e manter o poder, é necessário que o príncipe possua tanto a virtú quanto a fortuna.

Apenas as afirmativas I e IV estão corretas. Portanto o gabarito é a alternativa A.

2. SOMA: 2 + 4 + 8 + 16 = 30

- (01) Incorreta: o pensamento político moderno é caracterizado, justamente, pela ruptura com a ideia de que o homem é naturalmente sociável.
- (02) Correta: ao instituírem o contrato social, os homens transferem o seu poder para o soberano, o que garante a legitimidade de suas ações.
- (04) Correta: o soberano está acima das leis e todos os seus atos são reconhecidos e legitimados pelos cidadãos.
- (08) Correta: as vontades de todos os cidadãos devem ser reduzidas à vontade única do soberano. Além disso, Hobbes defende a monarquia, onde os poderes estão concentrados em uma única figura.
- (16) Correta: cumprir o pacto estabelecido é justo, porque os homens o firmaram por livre escolha. Para Hobbes, as noções de justiça e injustiça só são possíveis a partir do momento em que há um poder soberano capaz de julgar.

3. SOMA: 08 + 16 = 24

- (01) Incorreta: Maquiavel se opõe às teorias imaginárias de governo, sobretudo à cidade ideal de Platão e às utopias de Thomas Morus e Tomaso Campanella.
- (02) Incorreta: Maquiavel afirma que as repúblicas e os principados imaginários nunca foram vistos e nem conhecidos de verdade, não que todas as repúblicas e principados não o sejam.
- (04) Incorreta: Maquiavel afirma que teme, ao escrever sobre como deve ser a conduta do príncipe em relação aos súditos, ser presunçoso, não que ele seja.
- (08) Correta: com sua proposta de buscar a verdade efetiva da coisa, Maquiavel inaugura o que ficou conhecido como realismo político.
- (16) Correta: a obra "O Príncipe", de Maquiavel, compõe um gênero literário que ficou conhecido como espelhos de príncipe, que consiste em um conjunto de obras que visam educar o governante para o exercício de sua função.

- 4. O principado a favor do povo é um principado politicamente isolado, porém apoiado pelo povo. Terá dificuldades em lidar com as elites, mas conta com a simpatia dos governados. O principado eleito pelos poderosos é um principado cujo líder se encontra em meio a iguais, membros da elite, que jogam o jogo político tal qual ele, o que limita suas possibilidades de ação. Esse deve buscar apoio do povo, o conquistar, para ter mantido seu poder. É fácil, para o príncipe do povo, manter seu poder, basta apenas ser amigo do povo, que deseja apenas não ser oprimido. Já o príncipe das elites deve dar conta de um complicado jogo político, que é inerente às exigências daqueles que o elevaram a príncipe. Por isso conquistar o povo é essencial.

5. Um Estado ou órgão político é uma entidade conferida a um pequeno grupo, imbuída de autoridade na busca da manutenção da ordem e paz. Ele tem a missão de impedir que os homens ataquem uns aos outros num Estado de guerra, mantendo a estrutura social. Uma só vontade pode direcionar a sociedade para a prosperidade e a satisfação dos indivíduos, em troca de sua liberdade. Sem a centralização do poder nas mãos de poucos, uma multidão e o mais próximo do estado de natureza que temos, cada indivíduo julgando conforme seu interesse. Para Maquiavel, a ordem é construída pelos homens para evitar o caos e a barbárie; no entanto, mesmo que alcançada, a ordem não é definitiva, pois há a ameaça constante de ser desfeita.

Indústria cultural

Teoria

A Escola de Frankfurt

A Escola de Frankfurt (*Frankfurter Schule*, em alemão) foi um movimento intelectual criado por filósofos e cientistas sociais de orientação marxista, em 1924, na Alemanha, que ficou caracterizado por uma análise crítica da sociedade contemporânea. Vários dos seus integrantes foram perseguidos e tiveram que fugir do regime nazista, e uma de suas mais importantes contribuições para a teoria crítica da sociedade ocorreu através do conceito de **indústria cultural** ou **cultura de massas**. Seus principais representantes são Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Leo Löwenthal, Erich Fromm, Jürgen Habermas, dentre outros.

A principal preocupação dos autores de Escola de Frankfurt era sua abordagem abrangente da vida social, alcançando aspectos variados. Mesmo com grandes diferenças em seus pensamentos, todos produziram uma teoria crítica da sociedade.

A referência da Escola de Frankfurt foi o **pensamento marxista**, mas numa leitura original do autor, adequando sua produção às circunstâncias sociais do novo século. Além disso, **Freud** foi uma grande inspiração para pensar as relações sociais. **Hegel, Kant** e **Weber** são outros pensadores que formaram esse arcabouço teórico que agrupou investigações nos campos da economia, psicologia, história e antropologia.

A indústria cultural

A Escola de Frankfurt se dedicou a analisar as relações entre **cultura e ideologia**, ou seja, como as relações de poder de dominação interferem na cultura. Dentro dessa perspectiva, foram observadas as relações entre cultura de massa, indústria cultural e meios de comunicação de massa. Esses são fenômenos distintos, apesar de bem próximos, que atuam na consolidação da ideologia capitalista e na manutenção do sistema.

Para iniciar essa análise, primeiro é necessário diferenciar cultura erudita, popular e de massa. A **cultura erudita** é a cultura historicamente produzida pelas elites na tentativa de se diferenciar das camadas populares, ou seja, é uma cultura elitizada e de cunho academicista. Já a **cultura popular** é aquela produzida por um determinado grupo social que reflete da maneira geral a história e os costumes daquele grupo. Ela não passa pelo processo de erudição, então se manifesta mais comumente pela oralidade. Por sua vez, a **cultura de massa** é uma cultura produzida PARA as massas e não PELAS massas, tendo sua gênese no interior da indústria cultural. Chamamos de **indústria cultural** o **grupo de empresas que realizam a atividade específica de produzir cultura mercadologicamente e tem como efeito a disseminação da ideologia das classes dominantes**. Sendo assim, grandes gravadoras, produtoras, estúdios de cinema, distribuidoras, canais de TV e rádio etc. formam essa indústria.

Para conceber o conceito de indústria cultural, Adorno e Horkheimer observaram as intensas transformações sociais de sua época. O desenvolvimento científico avançava rapidamente e a indústria aplicava muito desse conhecimento em suas linhas de produção. Além disso, o trabalho foi sendo cada vez mais burocratizado e regulado, com o surgimento do fordismo e do taylorismo. Na Alemanha nazista, o avanço tecnológico foi utilizado **tanto para controlar ideologicamente a população quanto para exterminar aqueles considerados inferiores**. Nos Estados Unidos, a tecnologia **impulsionava a produção e o consumo**.

Para esses pensadores, nesse período foi possível observar a lógica mercantil do sistema capitalista avançar sobre outras áreas da vida para além da econômica. A arte e a cultura são submetidas ao lucro, se tornando mercadorias. É a **mercantilização da vida**.

Para Adorno, alguns segmentos da produção cultural estavam mais comprometidos que outros. O cinema, por exemplo, já nasce sob a égide da racionalidade econômica. Toda a produção cultural do cinema visa o consumo em larga escala, com a lucratividade como objetivo final, o que atrofia o caráter crítico da arte e da cultura, já que expressões críticas têm chances muito menores de alcançar sucesso mercantil.

Como é a produção da indústria cultural?

Com o advento do desenvolvimento tecnológico, surgiram os **meios de comunicação em massa**. A tecnologia, que permitia a difusão de ideias e obras de arte em larga escala, serviu para a indústria cultural como a máquina a vapor para a indústria de bens materiais. Os mecanismos de produção cultural e artística funcionam tal qual uma indústria: **desde o início do processo, da concepção até a distribuição e venda da mercadoria, passando pela exploração do trabalhador e sua burocracia**.

Dessa forma, os mesmos efeitos observados no processo de produção capitalista para bens materiais são observados na indústria cultural. Ao observar as relações de produção da indústria cultural, os pensadores também encontraram **alienação** e **coisificação**. A lógica mercadológica afasta o indivíduo da produção da sua própria cultura, atrofiando sua capacidade crítica no olhar para si e para a sociedade.

A mercadoria da indústria cultural é tão controlada quanto a mercadoria da indústria convencional. Não há liberdade na expressão artística e cultural. O mercado e o lucro são a régua do produto. Regras básicas de produção como duração, quantidade de palavras, tipos de instrumentos, de câmeras, cores, sons etc. são estritamente seguidas buscando atender as expectativas do mercado consumidor.

Efeitos da indústria cultural

A acriticidade produzida pela alienação da indústria cultural ocorre pelo **aumento exponencial da circulação de ideias típicas das classes dominantes**. Essas ideias são massificadas, fazendo com que a forma de ver o mundo das massas se espelhe na ideologia dominante. Os gostos são padronizados; os comportamentos, homogeneizados; o consumo, incentivado – reforçando o sistema capitalista.

O consumo é um ponto especial para a indústria cultural. A publicidade não é a única ferramenta de incentivo ao consumo; mas, certamente, é a mais poderosa. Por meio dela, são criadas necessidades de consumo de todos os tipos, prendendo o indivíduo num ciclo de produção e consumo insaciável. Nenhum indivíduo tem autonomia de como leva sua vida. Isso porque, além de ter que, majoritariamente, se dedicar a interesses pessoais fora da atividade laboral, o indivíduo é levado a usar seu tempo fora do trabalho consumindo bens e produtos materiais e culturais.

A manutenção da indústria cultural se dá por meio do **entretenimento** e do **conformismo**. Não há outras formas de ser e estar, todos estão padronizados, e a diversão da indústria cultural oculta as contradições das relações de poder que regem a sociedade. A desigualdade e a opressão são naturalizadas na arte e na cultura, que apresentam essas relações de poder como “normais”. Na mídia, a não exposição e não questionamento das contradições reforça o conformismo, permitindo a reprodução de relações de dominação.

Exercícios



1. Hoje, a indústria cultural assumiu a herança civilizatória da democracia de pioneiros e empresários, que tampouco desenvolvera uma fineza de sentido para os desvios espirituais. Todos são livres para dançar e para se divertir, do mesmo modo que, desde a neutralização histórica da religião, são livres para entrar em qualquer uma das inúmeras seitas. Mas a liberdade de escolha da ideologia, que reflete sempre a coerção econômica, revela-se em todos os setores como a liberdade de escolher o que é sempre a mesma coisa.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

A liberdade de escolha na civilização ocidental, de acordo com a análise do texto, é um(a)

- a) legado social.
- b) patrimônio político.
- c) produto da moralidade.
- d) conquista da humanidade.
- e) ilusão da contemporaneidade.

2. Quinze minutos de fama
Mais um pros comerciais
Quinze minutos de fama
Depois descanse em paz

O gênio da última hora
É o idiota do ano seguinte
O último novo-rico
É o mais novo pedinte

Não importa contradição
O que importa é televisão
Dizem que não há nada que você não se acostume
Cala a boca e aumenta o volume então

A melhor banda de todos os tempos da última semana – Sérgio Britto/Branco Mello (Titãs) (adaptado).

A música acima, interpretada pela banda Titãs, faz uma crítica a qual característica da televisão contemporânea?

- a) Ao caráter elitista das transmissões televisivas.
- b) À sua inserção comprometida com a transformação social e com as mudanças de paradigmas culturais.
- c) À grande quantidade de comerciais existentes nos programas televisivos, que prejudicam a qualidade dos programas de domingo.
- d) Às contradições próprias de qualquer tipo de instrumento cultural urbano.
- e) À forma como ela se apresenta como um produto da indústria cultural, servindo de instrumento de alienação.



3. Segundo Adorno e Horkheimer, “a indústria cultural pode se ufanar de ter levado a cabo com energia e de ter erigido em princípio a transferência muitas vezes desejada da arte para a esfera do consumo, de ter despido a diversão de suas ingenuidades inoportunas e de ter aperfeiçoado o feitio das mercadorias.”

(ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 126.)

Com base nessa passagem e nos conhecimentos sobre indústria cultural em Adorno e Horkheimer, é correto afirmar:

- a) A indústria cultural excita nossos desejos com nomes e imagens cheios de brilho a fim de que possamos, por contraste, criticar nosso cinzento cotidiano;
- b) A fusão entre cultura e entretenimento é uma forma de valorizar a cultura e espiritualizar espontaneamente a diversão;
- c) A diversão permite aos indivíduos um momento de ruptura com as condições do trabalho sob o capitalismo tardio;
- d) Os consumidores têm suas necessidades produzidas, dirigidas e disciplinadas mais firmemente quanto mais se consolida a indústria cultural;
- e) A indústria cultural procura evitar que a arte séria seja absorvida pela arte leve.

4. Observe a charge a seguir.



(Disponível em: <<http://framos.wordpress.com/2008/03/06/reflexoes-imageticas-1/>>. Acesso em: 21 ago. 2008.)

De acordo com a charge:

- a) populações menos desenvolvidas intelectual e culturalmente são mais felizes quando dominadas por aqueles com maior poderio militar;
- b) indivíduos de países socialmente atrasados temem a ingerência estrangeira em seus territórios por não compreenderem o seu caráter civilizador e humanitário;
- c) os novos mecanismos de dominação de um país sobre o outro combinam violência com consentimento, pelo uso, também, de diversos instrumentos ideológicos;
- d) as intervenções militares representam o melhor caminho para a garantia da liberdade de pensamento e o princípio de autodeterminação dos povos;
- e) é inviável, no mundo moderno, a implantação de regimes democráticos sem o uso da força bruta, praticada, em geral, com moderação, por parte da nação que se apossa de determinado território.

5. Não somente os tipos das canções de sucesso, os astros, as novelas ressurgem ciclicamente como invariantes fixos, mas o conteúdo específico do espetáculo só varia na aparência. O fracasso temporário do herói, que ele sabe suportar como bom esportista que é; a boa palmada que a namorada recebe da mão forte do astro, são, como todos os detalhes, clichês prontos para serem empregados arbitrariamente aqui e ali e completamente definidos pela finalidade que lhes cabe no esquema. Desde o começo do filme já se sabe como ele termina, quem é recompensado, e, ao escutar a música ligeira, o ouvido treinado é perfeitamente capaz, desde os primeiros compassos, de adivinhar o desenvolvimento do tema e sente-se feliz quando ele tem lugar como previsto. O número médio de palavras é algo em que não se pode mexer. Sua produção é administrada por especialistas, e sua pequena diversidade permite reparti-las facilmente no escritório.

Theodor W. Adorno e Max Horkheimer. "A indústria cultural como mistificação das massas". In: *Dialética do esclarecimento*, 1947. Adaptado.

O tema abordado pelo texto refere-se

- a) ao conteúdo intelectualmente complexo das produções culturais de massa.
- b) à hegemonia da cultura americana nos meios de comunicação de massa.
- c) ao monopólio da informação e da cultura por ministérios estatais.
- d) ao aspecto positivo da democratização da cultura na sociedade de consumo.
- e) aos procedimentos de transformação da cultura em meio de entretenimento.

Gabarito

1. **E**
Theodor Adorno e Max Horkheimer apontam para o aspecto dialético do esclarecimento alcançado na sociedade contemporânea: a liberdade vivenciada pelo indivíduo apresenta-se como uma ilusão, uma mistificação, visto que a liberdade real não chega a ser experienciada pelas pessoas.
2. **E**
A televisão acaba por massificar e banalizar as produções artísticas, fazendo-as perder a sua aura e contribuindo para a alienação e acomodação das pessoas.
3. **D**
 - a) Incorreta. A indústria cultural excita nossos desejos para que consumamos mais e mais, e sem questionamentos.
 - b) Incorreta. A fusão entre cultura e entretenimento empobrece a cultura e a torna consumível.
 - c) Incorreta. A diversão permite uma ruptura, mas a diversão oferecida pela indústria cultural escraviza o indivíduo no trabalho, pois não há como se divertir sem dinheiro, dentro de sua lógica de consumo.
 - d) Correta. Os indivíduos não são os autores de suas necessidades. Suas necessidades são produzidas, dirigidas e disciplinadas pela indústria cultural, por meio dos veículos de comunicação de massa.
 - e) Incorreta. A indústria cultural não tem essa preocupação. Tudo se torna produto para consumo.
4. **C**
A indústria cultural é um importante instrumento de dominação dos países desenvolvidos sobre os mais pobres, na busca de suas riquezas (principalmente naturais) e de seu apoio estratégico. Sendo um forte (e pacífico) mecanismo de dominação ideológica, a inserção cultural das ideias predominantes em sociedades mais desenvolvidas acaba por justificar, junto às populações locais, a dominação militar que, porventura, venha a acontecer na sequência, como foi muito comum na política estadunidense em relação aos países da América Central ao longo do século XX. Junto a isso, os próprios produtos do capitalismo também desempenham esse papel de dominação. A charge mostra isso claramente ao usar personagens da Disney como soldados do exército, dominando uma ilha de feição típica centro-americana. Outros ícones significativos do capitalismo também aparecem, como a Coca-Cola, a Texaco, a IBM etc.; por fim, a televisão como meio difusor dos conteúdos.
5. **E**
Padronizar as produções culturais, no sentido de torná-las apazíveis e massificadas, é transformar a cultura em mero entretenimento. Adorno e Horkheimer desenvolvem o termo indústria cultural para mostrar como esse processo ocorre.